

10 - Cabo-Verdianos e São-tomenses de ascendência cabo-verdiana em São Tomé e Príncipe na atualidade: Uma abordagem etnográfica.

JOANA AREOSA FEIO

"Por um lado eu quero deixar de ser o que sou, ou não sei se ainda sou, ou se já sou mas de outro modo...porque agora já está mais fácil sair e deixar de ser o que se era"
(Sérgio Godinho, "Pode alguém ser quem não é")¹³⁵. (sublinhados meus).

São Tomé e Príncipe formou-se enquanto sociedade a partir de uma economia de plantação, baseada no trabalho escravo¹³⁶, e mais tarde no de "contratados"¹³⁷. Estes vieram inicialmente do Gabão, Costa do Ouro e Libéria e desde inícios do século XX, de Angola, Cabo-Verde e Moçambique (Cf. Seibert, 2001:53). A primeira vaga de contratados vindos de Cabo-verde é de 1903. A sua chegada às roças de São Tomé e Príncipe prolonga-se por todo o século XX, com maior intensidade nos anos 30-40 (devido às graves crises de fome neste arquipélago) e nos anos 50 (cf. Nascimento 2003). Os cabo-verdianos virão de diferentes ilhas, sozinhos ou em família, e desempenharão nas roças, salvo raras exceções, pesado trabalho braçal. Os contratados embarcavam para as ilhas iludidos pela miríade de um contrato de trabalho que teoricamente os deixaria regressar livremente às suas terras. Eram obrigados a trabalhar em condições desumanas e sujeitos a castigos, sendo que muitos, sobretudo os cabo-verdianos, nunca chegaram a ser repatriados, ao contrário do que aconteceu com os moçambicanos e com muitos angolanos. Estas pessoas viviam acantonadas nas sanzalas das roças, distanciadas, a vários níveis, da população são-tomense.

Atualmente é frequente encontrarem-se nas roças de São Tomé, nas antigas sanzalas, cabo-verdianos idosos (mas não só) que foram na sua juventude para o arquipélago, engrossando a mão-de-obra colonial, e que esperam (ainda) a chegada de algum avião.

¹³⁵ Música do álbum *Pré-Histórias*, de 1972.

¹³⁶ Castro Henriques chama-nos a atenção para o papel ativo do "elemento africano" na invenção de São Tomé e Príncipe enquanto sociedade crioula e de economia de plantação, uma vez que os "escravos", geralmente tidos como agentes passivos, não constituíram de modo algum "massas inertes e homogêneas". Pelo contrário, estas pessoas, provenientes de diversas regiões e "áreas culturais", contribuíram ativamente para a constituição da sociedade santomense (2000:39-40-41).

¹³⁷ Em 1875, devido às pressões abolicionistas internacionais, sobretudo vindas de Inglaterra, criou-se a categoria de contratados ou serviçais, que vieram a constituir a maior parte da população em São Tomé e Príncipe desde a segunda metade do século XIX.

Foi em 2002, numa visita a uma roça muitíssimo isolada, que se deu um dos encontros mais marcantes da minha relação com São Tomé e Príncipe, encontro marcante e que me acalentou a motivação para continuar um percurso de pesquisa nas ilhas. Foi precisamente um encontro com um cabo-verdiano, que foi para São Tomé contratado, na casa dos 20 anos, e se encontrava, segundo palavras suas, à espera de um avião que o levaria de regresso ao seu país e à sua família, como se se tivesse esquecido que já tinha envelhecido, que o tinham deixado ali, que nenhum avião iria chegar...que a família que deixara para trás já não estaria sequer viva. Sobre este encontro e suas implicações na minha pesquisa, no trabalho de campo antropológico em geral e na sua relação com ética e emoções, discorro num outro texto¹³⁸. O mote ou o âmago por detrás da minha pesquisa nas ilhas, não está de forma alguma distante das roças, nem distante das histórias de vida dos cabo-verdianos e descendentes que tenho conhecido ao longo dos anos no arquipélago.

Hoje em dia, calcula-se que cerca de 50% da população em São Tomé é cabo-verdiana e de ascendência cabo-verdiana, valores que aumentam para 80% no Príncipe. Após o período da independência das ilhas cerca de nove mil cabo-verdianos (Seibert 2001a: 162 in Temudo, 2008: 78) permaneceram em São Tomé e Príncipe, quebrando-se a promessa de repatriamento, por motivos que interessarão analisar. Em 1982, ocorreu uma importante manifestação de cabo-verdianos que exigiam o seu repatriamento, o que seria segundo Eyzaguirre “contra os interesses dos dois países, dado que Cabo Verde não tinha recursos para os receber, e São Tomé e Príncipe, não estava interessado em perder os trabalhadores agrícolas das empresas estatais” (Eyzaguirre 1988: 358). Nascimento refere-se a inúmeras manifestações e protestos relacionados com a exigência de repatriamento por parte das pessoas com contracto, sobretudo cabo-verdianos, em diversos momentos do século XX, quer em São Tomé quer no Príncipe, com consequências gravosas para os mesmos (leia-se 2003: 23-24).

Falemos um pouco de etnicidade. No contexto são-tomense, os forros, consideram-se os “são-tomenses autênticos”, os autóctones ou verdadeiros “filhos da terra”, justificando assim e em grande medida, os seus privilégios. Apostaram desde cedo na criação de uma distância ontológica face aos ex.contratados, distância que teve na sua base as lógicas que imperavam no antigo sistema colonial (Feio, 2008). Os

¹³⁸ O texto intitula-se “Dos nós na garganta – São Tomé em mim é como sangrar clorofila” (2015) (no prelo).

“africanos do continente” eram considerados seres inferiores, “indígenas”, enquanto os forros e os angolares foram inseridos na categoria de cidadãos. Os próprios cabo-verdianos foram considerados cidadãos pelo regime colonial, porém e devido aos trabalhos que executavam nas roças, quer enquanto capatazes, quer enquanto trabalhadores comuns, em condições semelhantes às dos “continentais”, eram vistos pelos são-tomenses enquanto “outros”. Recordemos que a criação de distância e mesmo de rivalidade entre pessoas e “grupos” foi uma das armas usadas no e pelo próprio regime colonial. O convívio interétnico entre nativos e contratados era punido, sendo que eram os capatazes (moçambicanos, angolanos, cabo-verdianos) que estavam incumbidos de vigiar essas aproximações. As animosidades eram tão fortes que depois da independência se registaram algumas perseguições feitas por forros e angolares a alguns ex. contratados (sobretudo aos moçambicanos e angolanos), segundo o que me foi revelado em contexto de entrevista. Por outro lado, a realidade terá sido bastante mais dinâmica: havia obviamente interações entre serviçais e ilhéus, nomeadamente através das relações comerciais informais e clandestinas (cf. Nascimento 2003, Seibert 2001). A aposta por parte dos ilhéus forros em se demarcarem face aos serviçais, relaciona-se precisamente com a reivindicação de um estatuto superior ao “escravo” e ao “contratado”, e alinha com a recusa em trabalhar nas roças do colono¹³⁹, num contexto político que abraçava a raciologia e o racismo enquanto ideologia. Assim, a demarcação simbólica dos serviçais seria tanto mais “urgente quanto a tendencial diminuição de diferenças socioeconómicas (...) a que acrescia a “similitude racial” entre ambos os grupos por oposição aos europeus”. (Nascimento 2003:41) (aspas nossas). Este autor, refere que o facto de os cabo-verdianos serem por vezes mais letrados e mesmo considerados mais próximos dos europeus provocaria “mais incómodo nos ilhéus” (2003:41). Do mesmo modo, os cabo-verdianos tentavam distanciar-se dos outros serviçais, tentando sair das roças e juntar-se às comunidades de “ilhéus e fugidos” (cf. Nascimento, 2003:41). Este autor refere-se mesmo a uma “eventual disputa da terra” entre cabo-verdianos e são-tomenses, registada desde finais de oitocentos (2003:43).

¹³⁹ Convém aqui referir que apesar da recusa são-tomense em integrar a mão-de-obra das roças (uma das razões para a “importação de trabalho” do continente africano e de Cabo Verde), muitas das vezes estes viram-se obrigados a executar tarefas para o colono, sobretudo devido à perda do seu poder socioeconómico e autonomia, com a expropriação dos seus terrenos na segunda metade do século XIX para a implementação das roças de cacau e café proveniente do Brasil. No entanto, tinham as suas próprias comunidades e não ficavam nas sanzalas das roças coloniais.

Na atualidade, os forros evocam simultaneamente – e paradoxalmente – quer um passado de resistência ao trabalho escravo¹⁴⁰ e à luta pela independência, quer um passado de crioulação sociocultural, que os situaria, próximos da “europeidade civilizadora” (Feio, 2008:45-62). Seriam os legítimos donos das terras onde – *idealmente* – trabalhariam os cabo-verdianos e outros antigos contratados.

Como já referido, interessa-nos refletir sobre os processos identitários em São Tomé e Príncipe atual, nas suas variadas dimensões, relacionando “escolhas” identificatórias e diferentes percursos de mobilidade, entre pessoas com diferentes estatutos étnicos e socioeconómicos, tratando-se de olhares dinâmicos e realidades processuais, apreensíveis apenas em vários contextos de interações (cf. Eriksen, 1993:31).

Recusamos a “tendência para reificar grupos como se fossem internamente homogêneos ou mesmo atores coletivos com propósitos comuns” (cf. Brubaker, 2004:8), o que não significa que o mesmo (*a groupness*) não possa ser uma reivindicação de pessoas que se agrupam – também e - por vezes com objetivos e interesses comuns.

Assim, exemplificamos momentos de reforço de certas categorizações, as suas reelaborações, bem como momentos de fraca importância destas mesmas categorias, ou seja, momentos de fraca etnicidade. Segundo Brubaker, a etnicidade “acontece” numa variedade de “lugares” do dia-a-dia: nos encontros, nas categorias práticas, no conhecimento do senso comum, nos idiomas culturais, nas redes sociais, nas formas institucionais (2004:2). A “eticidade do dia-a-dia” poderá tornar-se invisível ao olhar dos estudiosos da ação coletiva ou da violência étnica, mas terá a sua relevância, o que aconteceria necessariamente ao mudar a escala do olhar, a uma dimensão mais pequena, típica da antropologia (2004:2).

Assim, olharemos cabo-verdianos e seus descendentes, já são-tomenses reforce-se, enquanto pessoas inseridas (auto e hetero) em categorizações étnicas que continuam a ter relevância efetiva num quadro de sociabilidades bastante hierarquizado. Mostraremos que a etnicidade também se esbate (momentaneamente), mas não é ignorada, por exemplo, ao nível da participação política formal ou na oferta de um bom emprego. Tal como não é esquecida a pertença a certa família ou a certa classe socioeconómica. Exemplificaremos ainda algumas das estratégias de mobilidade

¹⁴⁰ Discurso idêntico aos dos angolares mais velhos, como concluímos na nossa pesquisa de mestrado (Feio, 2008:23-44;63-82).

estatutária levadas a cabo por diferentes atores sociais (investimento nos estudos, casa na cidade, entre outras), num contexto de batalhas diárias.

São Tomé e Príncipe na atualidade - alguns dados

Hoje, quase 40 anos após a independência política do arquipélago, várias são as mudanças estruturais que contribuem para um alargar de novos encontros sociais que implicam a reformulação de referenciais identificatórios, a vivência étnica e interétnica e os próprios percursos.

Destaque-se por exemplo, as migrações das populações das roças para a cidade, como os ex.contratados e seus descendentes, que procuram construir uma casa nas vilas (zonas) e nos bairros periféricos da capital. O ter-se “um pé” (uma casa) na cidade é percecionado por estas pessoas, enquanto fundamental para um percurso de ascensão social e étnica, o que é comum às várias gerações.

Regista-se ainda (em menor grau mas relevante) um movimento contrário: forros e angolares, com menos recursos, procuram trabalho nas roças desde a sua nacionalização (no pós-independência), com as empresas estatais¹⁴¹, e posteriormente, com a privatização das terras e a contínua distribuição desigual (da terra) (Leia-se a este propósito Temudo, Nascimento, Seibert, Eyzaguirre).

“Muito embora fosse já membro do FMI desde 1977, o governo santomense só em 1985 inicia um processo de liberalização económica, adotando um Programa de Ajustamento Estrutural (PAE) a partir de 1987 (Seibert 2002a: 828). É também na década de 1980 que o governo inicia um primeiro processo (1985-1989) de privatização da terra – que decorreu de forma «arbitrária». Em 1989 só cerca de um terço desta terra se encontrava em cultivo (Seibert 2001a: 229 e 2001b: 831 in Temudo, 2008:11).

“(…) tendo ocorrido casos em que o Estado se reapropriou das parcelas muito produtivas, para depois as deixar de novo abandonadas (Eyzaguirre 1988:353 in Temudo, 2008: 79) ”. “Porém, o PPADPP não foi concebido como um projeto de reforma agrária ou de desenvolvimento rural, mas antes como um projeto de distribuição de terras que prioritariamente deveriam ser atribuídas aos antigos trabalhadores. Mais do que um projeto de privatização da terra, foi um projeto de

¹⁴¹ Muitos membros do Governo (da elite forra), acabam por ter acesso às terras maiores e mais produtivas, das quais se apoderam. Muitos forros irão trabalhar nas empresas estatais e em troca receberão lotes.

«privatização da agricultura» (FAO & WB 2000: vi in Temudo, 2008:80). Na verdade, muitos trabalhadores ex. contratados que dedicaram toda uma vida de trabalho árduo nas roças coloniais (e depois nas empresas estatais com a nacionalização das roças no pós-independência), não receberam lotes alegando-se a idade avançada ou o facto de serem muitos novos (filhos e netos de ex. contratados), o que também intensificou o processo de êxodo rural, a par de uma difícil vida na agricultura de subsistência sem apoios estatais (desestruturação da economia, ausência e degradação de estradas, atribuição de lotes de terra pouco férteis ou encapoeirados). São Tomé e Príncipe importa hoje quase 90% do que aí se consome.

Registamos ainda enquanto mudanças estruturais: as emigrações e as imigrações. Assiste-se já a partir de meados dos anos 80 às migrações internacionais de pessoas de diferentes estatutos, quer seja para estudar¹⁴², quer uma emigração de natureza económica para países como Portugal, Cabo-Verde e Angola, e mais tarde Reino Unido, França, entre outros. Alguns cabo-verdianos e seus descendentes começaram a viajar, tendo como destino as suas terras ou as dos seus pais, acabando porém, a grande maioria, por regressar a São Tomé (falarei deste tópico mais à frente) ou a reemigrar para Angola, Gabão, Senegal, segundo o que nos é relatado.

Estes fluxos provocam sem dúvida, alterações no modo como as pessoas convivem. Uma das pessoas com quem residi, Josefina, uma jovem são-tomense forra que estudou em Paris, conta a certa altura como passou a conhecer muitos dos “hábitos dos cabo-verdianos e descendentes” [já são-tomenses portanto] devido precisamente à sua estadia em França, onde “convivia com muitos”, o que não acontecia anteriormente. “Agora já é *normal* e frequente”, revela.

Outra mudança estrutural relaciona-se com um maior acesso ao ensino, por parte das novas gerações de “descendentes” mas não só, também por parte das novas gerações de angolares e de principienses e de forros mais humildes. Note-se que o consulado de Cabo Verde em São Tomé está a atribuir bolsas de estudo¹⁴³ para os descendentes de cabo-verdianos, quer para São Tomé, como para Cabo Verde. Alguns estudantes optam por Cabo-verde, nomeadamente aqueles do Príncipe, por não terem onde ficar em São Tomé (a tal casa na cidade), conforme o que nos revela o cônsul de Cabo Verde.

¹⁴² O governo são-tomense “oferece” bolsas de estudo para Portugal, Cuba, França, entre outros.

¹⁴³ O consulado oferece cem bolsas de estudo por ano, para estudos universitários.

“Agora há descendentes de ex. contratados com acesso à escola, ao contrário do que aconteceu num passado recente”, referem-nos em entrevista, pelo que há toda uma nova reflexividade cultural¹⁴⁴ nas novas gerações, o que possibilita também o acesso a um leque de escolhas e de identificações para além das “tradicionais”, contribuindo para uma maior abertura social.

Há uma nova reafirmação da cabo-verdianidade em São Tomé e Príncipe, que está muito relacionada com a recente valorização de Cabo Verde no arquipélago, muito feita a partir de imagens exteriores, como demonstrarei mais à frente, o que contribui para um novo “statement étnico”: “tenho orgulho em ser cabo-verdiano”, que se já se ouve entre as mais novas gerações (3ª e 4ª gerações de descendentes). Surgiram recentemente alguns jovens em grupos musicais que cantam em crioulo de Cabo Verde e se reafirmam enquanto descendentes. Apostam na “saída” das roças e do que estas representam e representaram na vida dos seus pais e avós. A par destes novos grupos musicais, de sucesso fugaz porém, surgem outras atividades laborais como djs e animadores, guias turísticos, motoqueiros, protagonizadas em grande medida por membros das novas gerações de descendentes de ex.contratados. Muitos valem-se do seu conhecimento das zonas rurais, para darem a conhecer aos turistas (que cada vez mais visitam as ilhas), “São Tomé real”, com todas as implicações que este tipo de turismo traz.¹⁴⁵ São Tomé e Príncipe tem apostado muito no desenvolvimento do turismo à escala global¹⁴⁶, sobretudo nos últimos anos. Se por um lado, surgem estas novas “saídas” laborais, como o motoqueiro, o motorista ou o guia turístico (até o segurança ou o mediador ou mesmo o “moço de recados”), o que também altera e a vivência interétnica (entre descendentes de cabo-verdianos e americanos, franceses, italianos, por exemplo) e o seu mundo referencial, por outro lado, não deixam de ser trabalhos de “desenrasque” e de alguma, se não bastante, subalternidade. Ou seja, as melhores profissões continuam de algum modo – ainda – pouco acessíveis e sujeitas a fechamentos étnicos e de classe. Por outro lado ainda, estas práticas propiciam modos de se fugir da roça e vir “sair na cidade”, como me dizem. Porém, estes jovens não deixam de ser extremamente mal vistos, sobretudo por forros de “classe média e alta”:

¹⁴⁴ Eriksen (1993,1998) escreve sobre os modos como a literacia potencia a reflexividade cultural.

¹⁴⁵ As principais unidades hoteleiras das ilhas organizam inclusive “excursões às roças”, às antigas casas senhorias e às sanzalas, onde residem muitos habitantes. Pretendemos desenvolver este tópico, problemático, na nossa tese.

¹⁴⁶ São Tomé tem vindo a ser considerado um dos mais “exóticos” destinos turísticos, nomeadamente por parte da CNN, mas não só.

“Joana, não ande com motoqueiros¹⁴⁷, são pessoas que a gente não conhece”, “São pessoas de roça, são pessoas de rua”, dizem-me com preocupação.

Voltando ao tema da terra.

Como já se referiu, houve recentemente uma aproximação de forros mais humildes ao desempenho de atividades agrícolas (e consequente venda de produtos) nos subúrbios da cidade capital e nas vilas, tal como fazem os cabo-verdianos e descendentes. Na verdade, é uma atividade feita por quem consegue arranjar um pedaço de terra que permita (ou ajude a) sobreviver. Viemos a encontrar também nas roças, junto de ex. contratados e descendentes, várias famílias de forros, que ocupam ruínas de antigos hospitais e casas senhoriais. Assim, os mais excluídos, independentemente da pertença étnica, aproximam-se no que diz respeito à atividade ocupacional, e à zona de residência, independentemente da etnicidade: “forro tá a virar angolar¹⁴⁸, forro tá a virar cabo-verdiano” (cf. Temudo, 2008:78-79).

Irei agora expor parte da minha observação de práticas de convivência prolongada com pessoas de diferentes estatutos, em casa de Rosa e familiares, uma família forra de “classe média”, onde vivi no início de 2012, num bairro muito perto da cidade capital. Residi ainda em 2012 em casa de Maria, na sua recém-inaugurada vivenda localizada também perto da capital¹⁴⁹. Maria tem cerca de 40 anos. É descendente de cabo-verdianos que vieram enquanto contratados para as roças. Tem dois filhos pequenos e é divorciada. É licenciada e tem uma ótima posição profissional. Cresceu na roça até aos 8 anos e veio com essa idade residir para um subúrbio da capital, onde a sua mãe construiu uma humilde casa de madeira. A sua mãe tornou-se vendedora ambulante no mercado da cidade. Sendo Maria a filha mais nova (juntamente com um irmão), únicos residentes da cidade, pode estudar, ao contrário das restantes irmãs (na altura já maiores de idade), que permaneceram nas roças. Irei assim expor as minhas vivências em ambas as casas (de Rosa e de Maria), bem como os meus encontros e entrevistas nas roças, nas vilas, nos arredores da cidade, na cidade, com

¹⁴⁷ Este foi um dos meus principais meios de deslocação nas ilhas em 2012, o que constitui uma mais-valia para a análise que me encontro a elaborar.

¹⁴⁸ Sobre os “Forros-pescadores” (a pesca seria a profissão “natural” dos angolares segundo a etnoteorias locais), leia-se Feio, 2008: 46-82.

¹⁴⁹ Quer Rosa quer Maria vivem em bairros étnica e socialmente mistos, porém Rosa vive na parte privilegiada do seu bairro, destinada a funcionários públicos e ou reformados da função pública, enquanto “a zona” de Maria é bastante heterogênea, o que é bem notório na diferença de casas ali existentes.

José¹⁵⁰, Josefina, Arlindo, Rui, Inês, Augusta, Beatriz, Papá João, Joana, Ana, entre outros, partindo dos meus diários de campo bem como de alguns excertos de entrevistas.

No Quintal de Dona Rosa

Como já foi referido, a família de Rosa é uma família forra “de classe média”, residente numa confortável vivenda de cimento, na zona nobre de um bairro perto da capital. Rosa tem sessenta anos. É viúva de um funcionário público, forro, e é a própria reformada da função pública. Vive com os seus dois filhos, Josefina e João.

Josefina de 35 anos, é solteira e não tem filhos. Tirou uma licenciatura em administração pública em Paris, onde viveu 9 anos. Trabalha como secretária. João tem 36 anos, também é solteiro e não tem filhos. Formou-se em Cuba, e está ativamente à procura de trabalho.

Rosa possui algumas roças ou glebas (roça di forro), algumas eram dos pais¹⁵¹, outras do falecido marido, porém “apenas uma está cultivada, entregue a um *cabo-verdiano*, que está lá a tomar conta”, refere Rosa, o que é de resto é um discurso muito comum. (itálicos meus). O “cabo-verdiano” surge-nos representado enquanto aquele que de facto colocaria a mão na terra enquanto empregado de outrem.

Junto da família de Rosa, pude observar sociabilidades entre pessoas com o mesmo estatuto e entre pessoas de diferentes estatutos étnicos e socioeconómicos, que decorrem diariamente no seu quintal, onde se janta, almoça e convive. Atentei ainda nos referenciais identificatórios explicitados e valorizados em certos momentos por estas pessoas, os três membros da família com quem residi, e as visitas regulares da casa. São momentos de convívio íntimo entre pessoas que partilham neste espaço - e à mesa - refeições, estórias e afetos, constituindo estas pessoas uma família extensa que cultiva de forma intensa relações de interajuda, relacionados com o capital social de cada um. Neste quintal, valorizam-se várias dimensões da identidade social, para além da étnica¹⁵², como a identidade nacional (ser são-tomense; partilham muitas das representações sobre o país), a identidade de género (ser mulher), a identidade religiosa. Valoriza-se ainda a posição socioeconómica (percursos de mobilidade ascendente), os

¹⁵⁰ Todos os nomes são fictícios.

¹⁵¹ O seu pai era agricultor na sua própria gleba, na zona da Trindade, e acabou por ser uma das vítimas do terrível Massacre de Batepá, em 1953.

¹⁵² Estas identificações podem coexistir e coexistem com discursos e práticas de reforço de pertença étnica.

consumos, nomeadamente alimentares, os debates diários sobre a terra, a troca de conhecimentos sobre a mesma, sobre a agricultura, sobre os usos de plantas medicinais, entre outros.

Interessa-nos perceber o que une Rosa e os seus dois filhos, Maria (descendente de cabo-verdianos), José (descendente de cabo-verdianos¹⁵³), os Tios Ana e Alberto (forros), Joelma, mãe de Maria, e Arlindo (de ascendência angolar, forra e brasileira), sujeitos que se querem e tratam como “família”, como os próprios referem inúmeras vezes. Interessará contrapor as descrições “do que os une” com outras, que as contradizem.

No confortável quintal da sua ampla vivenda, Rosa recebe regularmente a visita de dois descendentes de cabo-verdianos, criados em roças e agora residentes na capital, ambos com um percurso social de ascensão, um mais que outro, como se descreverá. Outra visita assídua da casa é um empresário de sucesso da construção civil, Arlindo, 40 anos, misto de angolar, forro e brasileiros e que está a apoiar a construção da casa de Josefina, numa das zonas mais prestigiadas da capital, onde o próprio reside. Arlindo, cuja esposa está já vários anos fora do país, conheceu Rosa por intermédio da esposa, pois ambas frequentavam a mesma igreja e faziam parte do mesmo grupo coral.

Visitam-nos ainda um ilustre casal de forros, Tio Alberto e Tia Ana; ainda uma tia materna de Rosa com o marido e as filhas, e vários colegas de João.

Todos os dias mais alguém bate ao portão à hora de almoço. É uma batedela quase em surdina. É um menino,¹⁵⁴ cerca de 10 anos, descalço e roto, que vai buscar almoço. Nunca foi convidado a entrar, ou a sentar-se à mesa connosco e espera pelo almoço no portão do quintal, sem proferir palavra ou olhar-nos diretamente. “Ele nem na escola anda! Você viu cabelo dele?!” dizem. “É uma vergonha! Cabelo assim?!”, são os comentários, que o próprio ouve. Um dia João disse: “Chega aqui menino, vem ver chicote!” e riam muito. A criança mantém-se silenciosa, reparo na barriga, cada vez maior, e não no bom sentido, cresce a barriga à medida que cresce a apatia. “Não se esqueça de devolver as caixas, ouviu bem?!”, grita-lhe Rosa.

Rosa fala sempre da importância da comida, da fruta-pão, do tipo de peixe, do calulu, da importância da “comida caseira e tradicional”. Porém, não deixa de cozinhar

¹⁵³ Tem cerca de 50 anos. Foi criado numa roça onde viveu até aos 30 anos. Depois conseguiu arranjar casa na cidade (e emprego) e tornou-se vizinho de Rosa. O seu é um percurso suado e muito batalhado, como descreveremos em pormenor mais à frente.

¹⁵⁴ Filho de uma sobrinha direta de Rosa (filha da irmã).

ocasionalmente a cachupa (considerado “o prato” tradicional de Cabo-Verde), por considerar mais “económico e fácil de fazer”. Também “uso a fuba”, apesar de não considerar típico, como é a fruta-pão ou a banana assada. Inclui ainda na sua ementa, pratos considerados europeus, por mão da filha, que cozinha “massa de cotovelo com manga cortada, atum, milho e alface”. “Na Europa come-se muito assim”, diz Josefina à mãe. Valoriza muito os consumos de produtos do intermar, afamada mercearia portuguesa, onde adquire, a custo (produtos muito caros), alguns produtos que oferece às visitas mais cerimoniosas, como os tios Ana e Alberto¹⁵⁵.

Lembro-me de Maria passar a fazer o mesmo na casa nova: “eu agora só uso chá de loja”, dirá, o que na verdade não será bem assim.

Apesar da relativa abertura de práticas no que respeita ao cozinhar-se comidas que não são “suas” (*catchupa é de Cabo Verde, fuba é de tonga, salada é de europeu*), há comidas que não se comem em casa de Rosa e que se repudiam veemente, como os búzios do mato¹⁵⁶, elementos que fazem parte da alimentação dos mais pobres, sobretudo dos residentes nas roças. Há, sem dúvida, a ideia de que a roça é um local de “liberdade promiscua”, um local onde as pessoas são pouco higiénicas, mais rudimentares e primitivas. Só na roça (no que esta representa) se poderia comer o tal búzio do mato.

“É, é bom a gente sentir livre e à vontade, ir ate à roça, beber vinho da palma, gritar, fazer barulho à vontade. Fim-de-semana, é bom para ir à roça ver as cabo-verdianas”, ouvi numa galeria de arte da cidade capital.”; “Saí de casa em direção a xxx, onde mora Rosa. Passei por uns militares em frente ao quartel, 3 homens, 2 mulheres jovens, todos fardados, uma moça dizia “búzio do mato! Você sai para o mato e ele fica olhar você”. Um rapaz, sentado no muro, não fardado, respondeu: “Eu na roça, eu como memo! Tou na roça memo!”. (Excerto de diário de campo, Janeiro 2014, São Tomé). Ou seja, está num lugar onde “tudo seria permitido, gritar, beber, até à rudeza de se comer o impensável, ultrapassando os “limites da “cidade/civilização”. Estar na roça, é “estar in *between*”, “é deixar de ser o que se era”, como reza a música de Godinho. São porem visitas salvaguardadas: *o estar* na roça, não é nunca *o ser* da roça, o que se evita

¹⁵⁵ Para esta família é extremamente importante o facto de se ter em casa para consumo próprio e para servir às visitas produtos importados como o Nescafé, sumo Compal, licores ou fruta importada como a maçã, que só oferecem a determinadas pessoas com quem fazem mais cerimónia.

¹⁵⁶ Diz-se que se alimentam de fezes humanas.

a tudo o custo. Estar na roça, “ir lá ver cabo-verdianas”, um “desporto exótico de fim-de-semana”, que os próprios hotéis promovem.

José, um dos meus interlocutores às roças (onde viveu até tarde) e visita de casa de Rosa, dir-me-á que nunca mais conseguiria viver “nesse ambiente, por causa das casas comboio, não há privacidade alguma, ouve-se tudo, não gostei”. Por outro lado dirá também que nas roças as “pessoas são mais puras”, o que nos remete para um ideário problemático de pureza intocada, rude e primordial.

Em São tome e Príncipe, uma distinção importante que se faz entre pessoas e “grupos” prende-se com o facto de se catalogarem sujeitos enquanto “pessoa da roça” (muito desprestigiado) versus “pessoa de vila, zona ou cidade”. Várias vezes observámos que algumas meninas (“de roça”) que passam a habitar a residência das “senhoras” da cidade que as aceitam para lugares de empregadas ou ajudantes, que podem estudar simultaneamente veem por vezes na frequência escolar da cidade ou vila, não tanto (ou não só) uma oportunidade para estudarem mas também e sobretudo um modo para deixarem de ser (vistas) enquanto “miúdas de roça”. Observámos o mesmo sentimento junto de meninas¹⁵⁷ que saem das roças, e passam a viver em congregações religiosas das vilas ou cidade. É mais um modo “de sair”, “e deixar de ser o que se era”. Voltemos à comida.

Há uma constante hiper-vigilância no que diz respeito ao que se come. Ouve-se muito “eu não como em qualquer lado, não conheço higiene dessa pessoa”, e várias vezes presenciei refeições a serem (mais ou menos discretamente) recusadas, nomeadamente por parte de Rui, um forro “com orgulho” (como se designa) que por vezes me acompanhou às roças. Rui, que conheço desde 2002, não come “qualquer comida, por não saber a origem”. Mais do que referir-se à origem da comida em si, Rui, com quem falei deste assunto inúmeras vezes, refere-se sim à origem da própria pessoa que confeciona determinado prato. Este é um contexto social de forte desconfiança face “aos outros”, que não se sabe quem são, os não-identificados, e que podem ser os “seres das ruas”, os empregados, os seres das roças, os “gabões” ou estrangeiros, os não-

¹⁵⁷ Lembremo-nos, por exemplo, as freiras de São João de Angolares, aí instaladas há cerca de 20 anos e que recebem meninas das roças mais isoladas do Distrito de Caué (sul da ilha). As meninas que recebem são sobretudo descendentes de terceira e 4ª geração de ex. Contratados cabo-verdianos. Algumas destas jovens veem a oportunidade de viverem em São João de Angolares, não tanto como uma hipótese para o facto de estudarem no ciclo, mas enquanto uma estratégia de conhecerem novas pessoas, nomeadamente rapazes (angolares) com quem idealizam casar e engravidar, o que idealizam enquanto uma estratégia de fuga à pobreza extrema dos locais de onde vêm.

autóctones, o que revela uma forte hierarquização social que se reflete também, por vezes, em linhas étnicas.

No quintal da casa, fazem-se todas as refeições: no centro, há uma grande mesa de madeira e vários bancos e cadeiras. Ao lado da mesa, do lado a apontar para o portão, estão três cadeirões de madeira feitos à mão pelo tio materno de Rosa e uma mesa de apoio, onde costuma estar o rádio e ocasionalmente uma das duas televisões da casa. No quintal há ainda uma parte de lavandaria, onde a empregada passa a maior parte do tempo. Esta está proibida de cozinhar, tarefa exclusiva da dona da casa. Na parte detrás do quintal, afastadas da mesa onde se come e conversa, estão capoeiras com galinhas, onde se vão buscar ovos “frescos” e várias plantas medicinais usadas nos pratos que rosa elabora, bem como diversas árvores de frutos.

São vários os fatores que aproximam pessoas de diferentes pertenças: a vivência na cidade ou “ter um pé na cidade”, ¹⁵⁸ espaço de cultura e bem considerado, onde se pode ter acesso à escola e a outras oportunidades (anteriormente considerado apenas “lugar de forro”), as posições socioeconómicas e as profissões, o género, a idade, as habilitações escolares, a frequência de espaços comuns de prestígio como determinada Igreja ou as festas do banco X. As intensas redes de interajuda são ainda mais necessárias num país onde predomina a corrupção e onde o acesso a certos serviços é constantemente minado. Registámos um sentimento de indignação e revolta para com o seu país que é consensual e une estas pessoas. São frequentes as discussões sobre a política no país, levadas a cabo sobretudo por Arlindo, João e José, mas das quais todos participam. Afinal, são todos são-tomenses. É importante analisar em profundidade a relação entre etnicidade e classe, e a relação entre etnicidade e capital social, o que nos ajudará a entender quer a diluição - temporária - da identificação étnica, quer o seu reforço. Ajudam-se do seguinte modo:

Rosa toma ocasionalmente conta dos filhos de Maria e tomou a tempo inteiro no ano passado, altura em que Joelma, mãe de Maria, viajou para Cabo-verde, onde ficou um ano. Maria ajudou a cuidar de uma tia materna de Rosa e apoiou-a aquando das mortes do seu marido e mãe, a que esta assistiu em situação de doença prolongada. Rosa recebeu Maria em sua casa nos meses atribulados do divórcio da mesma e por diversas vezes as ouvi a partilhar histórias e opiniões consensuais sobre “a bandidagem

¹⁵⁸ Consequência da migração das roças para a cidade da mãe de Maria, do pai de Arlindo (o pai de Arlindo foi feitor em várias roças), e do percurso de “saída” de José.

dos homens são-tomenses”, unindo-se enquanto mulheres. Arlindo orienta as obras de finalização da construção da casa de Maria, apoia a construção da casa de Josefina que é precisamente ao lado da sua, para além de apoiar esta família em todas as ocasiões e em coisas tão simples (e tão simbólicas) como o ato de trazer fruta e legumes frescos das roças¹⁵⁹ - numa base diária - que visita durante o dia devido ao seu trabalho. O mesmo faz José, cuja visita é menos frequente (Arlindo faz ali todas as suas refeições, porque a esposa está fora do país) até porque o próprio já não reside na cidade¹⁶⁰. Arlindo é ainda padrinho do filho mais novo de Maria. Arlindo, conheceu Rosa, como já referi, por intermédio da esposa, pois ambas frequentavam a mesma igreja. Também Maria e José são muito religiosos. Maria frequenta porém a Igreja da Conceição, também na capital, e José foi catequista “já em adulto virei-me para a fé”, contar-nos-á “mas ainda não estou como Dona Rosa, que tem fé madura”. Nenhum dos filhos de Rosa frequenta porém a igreja sem ser em datas muitos especiais, apesar de ambos terem a bíblia sobre a cama. Eyzaguirre escreverá que quer para “os “tongas”¹⁶¹, quer para os “cabo-verdianos”, cujas ligações sociais e políticas com a maioria forra no poder são fracas “a agricultura itinerante representa uma oportunidade de adquirir rendimentos consideráveis, que são depois reinvestidos numa rede de parentesco que pode servir para os integrar mais completamente na sociedade nacional” (Eyzaguirre 1986:125), (sublinhados meus), o que me faz pensar em Arlindo, em José, na mãe de Maria, em muitas outras pessoas.

Em Julho de 2012, escrevi: “Rosa vai visitar a festa de Ribeira Afonso, com uma amiga. Fiquei muito admirada, Dona Rosa em Ribeira Afonso. Vi na Televisão que é uma festa religiosa, de homenagem a Santo Isidoro, o Santo da Agricultura. Assim já percebo. Josefina também vai, mas não se mistura, palavras suas, fica em casa de uma amiga pois na rua “é muita confusão”. De facto, o que une estas pessoas – e desune e causa lutas diárias – prende-se precisamente com a posse da terra e da agricultura. Na televisão reparei que estava não só o bispo nessa festa como “muitas figuras ilustres da nossa praça”, como se diz por aqui. A luta pela terra não podia ser um assunto mais em

¹⁵⁹ A roça une (de onde - também - vêm os alimentos, os conhecimentos sobre a terra e as plantas medicinais), a roça divide (“ser da roça”).

¹⁶⁰ José reside agora numa casa no campo, ainda em obras. Mantém, porém um pé na cidade, onde tem casa, e um pé na roça, onde cultivava um terreno seu. Maria também não é tão regular em casa de Rosa, até porque o seu horário de trabalho não o permite.

¹⁶¹ Arlindo dir-me-á em entrevista que há quem o considere tonga.

cima da mesa nos dias que correm. E não terá sido sempre assim? Basta recordar a história das próprias ilhas”. (Excerto de diário de campo, Julho de 2012, São Tomé.)

Já em 2014, vim a perceber que há algo mais que une Josefina e José. Ambos estão a batalhar para conseguir mais uns lotes de terra que já compraram a pequenos agricultores¹⁶², cabo-verdianos, por intermédio de José “lido muito bem com eles”, dir-me-á. Este está ser um processo demorado e que estará mesmo parado, pois de repente surgiram novas pessoas a reclamar as terras que José e Josefina já compraram e pagaram. Estas são pessoas ligadas à administração pública e membros de “famílias poderosas”, contam-me.

Em 2014, fui passear com Josefina. Esta tinha de ir a Fernão Dias, a uma zona com agricultores. Fomos então a casa de “Papa João”, um cabo-verdiano que conseguiu sair da roça e ergueu uma casa própria, de madeira, à beira de um campo que cultiva.

“Conseguiu erguer essa casa há dois anos” conta Josefina à mãe Rosa, no nosso regresso a casa. “Mamã, ele dantes ficava em casa no chão mesmo. Morava muito mal, sem condições. Mamã ele agora tá bem, tem tudo plantado. Esse homem é muito trabalhador”. Desde que Josefina o conheceu, por motivos de trabalho, aos poucos foram tornando-se amigos, diz. Rosa, agora só compra no mercado diretamente das mãos da mulher de papá João, pois sabe de onde vêm os legumes e como são tratados. “Gente trabalhadora” dizem. “É. Mulher dele, fica lá no mercado a vender. Quietinha. Ela é bem quietinha. Coitada” ri, Rosa. “É mulher batalhadora mesmo”. “É, essa gente trabalha mesmo. Ela vem todos os dias de lá para vender no mercado, todos os dias vai e vem”. Diz Rosa. “A mãe dele era de Cabo Verde, trabalhou muito nas roças, nas dependências. Ele ainda chegou a trabalhar também”, reitera Josefina.

“Mamã, ele explica plantas todas, sabe muito esse senhor!”. “É.” Confirma Rosa.

Josefina conta que o visita de dois em dois meses, e abastece-se de uma data de produtos que este lhe oferece “abóbora, tomate, beringela, chá chalela, chá outro”, e “plantas medicinais também. Sabe muito esse homem!”. Em troca Josefina levou bules e garrafas de plástico de água vazias, pois eles têm de ir apanhar água longe (a casa não

¹⁶² “Mais do que crédito ou subsídios a fundo perdido, o que atualmente os pequenos agricultores reivindicam é o apoio para o escoamento da sua produção, o abastecimento do mercado em fatores de produção a preços não especulativos e ainda ajuda na desmatção, nos casos em que receberam parcelas completamente encapoeiradas” (Temudo, 2008:85).

tem água nem luz). Registei o seguinte diálogo do nosso encontro em casa de papá João:

“Ao chegarmos, papá ficou muito satisfeito.

Mimi, uma amiga de Josefina que nunca mais voltei a ver diz:

“Estamos aqui, só com fé”.

Papá João: tem de ter fé, se não, não avança. O peixe miúdo nunca ganha nada... estamos aqui mas só com fé.” Mimi concorda. Josefina (e eu) também.

Mimi demonstra grande conhecimento sobre plantas e seus fins medicinais o que conquista a confiança e respeito do papá e de outro senhor cabo-verdiano que também lá está. Ela fica visivelmente contente, conta que foi criada numa roça e que vem de uma família humilde. Lá por estar na cidade, não se esquece, diz.

“Eu também fui criada roça!”, insiste Mimi.

“Ela é muito esperta!” Dizem papá João e o seu amigo.” (Excerto de diário de campo, Abril de 2014, São Tomé).

“Muitos destes agricultores (forros) alegam mesmo que aprenderam a trabalhar a terra com amigos cabo-verdianos.” (Nota rodapé 9, Temudo, 2008: 78).

Escrevi ainda o seguinte no diário: “cabo-verdianos e forros, une-os uma forte ligação à terra e à natureza e ao poder e uso das plantas. Um discurso/interesses que ultrapassa(m) nacionalidades/etnicidades, e que no caso dos cabo-verdianos tem muito a ver com a sua atividade profissional como no caso de alguns forros (lembrar que os pais de Rosa eram agricultores nas suas próprias terras, como muitos são-tomenses, desde sempre). Josefina e Rui, José, têm um verdadeiro interesse nestas atividades, no caso de José mais ligado à própria sobrevivência, desde que ficou desempregado na cidade, no caso de Josefina por vezes é puro lazer. Mas para ambos é uma atividade para à qual olham com muito respeito, também por estar muito associada às atividades dos seus ascendentes. Josefina pode porém referi-lo apenas ocasionalmente. “Eu gosto, às vezes, plantar no meu quintal” diz Josefina. José dir-me-á o mesmo, porém não corresponde bem às suas práticas efetivas, pois de momento, sem emprego, tem mesmo de trabalhar a terra para sobreviver”. (Excerto de diário de campo, Abril de 2014, São Tomé).

Em casa de Maria

Como já foi dito, Maria estava a acabar de construir a sua casa de cimento, onde eu também residi em 2012. A casa na cidade, é um dos símbolos do poder estatutário e

do seu percurso de ascensão: o ter a *sua* própria casa e o ter uma casa em cimento o que será de resto uma ambição comum aos restantes são-tomenses. Este é um projeto de uma vida para a maioria das pessoas (poucos o concretizam), em que cada obra, cada remendo, equivalem a uma determinada fase no percurso da vida de uma pessoa e de uma família. A construção de uma casa é regra geral um trabalho de uma vida (lembre-se que as casas de José, cidade e “campo”, ainda não estão terminadas, nem a enorme vivenda de luxo de Josefina, cujas obras estão em curso há uns 10 anos). A casa de Maria, recém-inaugurada foi decorada tendo em conta as opiniões de um casal de amigos franceses e de uma portuguesa, Mariana, a quem esta pediu opiniões regulares como pude observar no período que antecedeu a inauguração. Também deu muita importância às sugestões de Rosa e Josefina.

Maria chamou da “roça”¹⁶³ uma menina, sua sobrinha, de cerca de 16 anos. Joana é filha de um irmão de Maria, emigrado há muitos anos em Angola, e de “uma angolar”¹⁶⁴. Maria dir-me-á que a menina vem estudar no liceu da cidade mas isso acabou por nunca acontecer¹⁶⁵. Joana, tratava da casa, cozinhava e tomava conta dos filhos de Maria, de 8 e 5 anos. Nas férias da Páscoa, esteve ainda em nossa casa outra jovem da mesma idade, residente numa roça bastante isolada. Joana e esta jovem, chamemos-lhe Ana, disputavam inúmeras vezes o seu estatuto: “Mas tu és angolar! Como vais saber preparar em condições o sumo de Maria?!”, dizia Ana. “Cala-te, e você?! Cabo-verdiana da roça!”. Uma tarde, depois do lanche, começaram a falar de cores de pele, com os filhos de Maria presentes. O mais velho acabou a chorar por Ana ter dito que este era “muito preto”, dado ao seu tom mais escuro. O miúdo ficou muito magoado. Mais tarde, Maria soube do ocorrido e disse ao filho “Para a próxima dizes que és escuro, mas que és um preto fino!”. Nesta conversa Joana, que tentou defender a criança, colocou-me esta questão: “A Ana pode ser clarinha, mas em Portugal, somos todos pretos, não é Joana?!”.¹⁶⁶

É comum a diferença de estatutos (socioeconómicos e até étnicos) entre familiares até relativamente próximos. Maria que completou os estudos com sucesso (licenciada) e tem hoje uma ótima posição profissional, tem varias irmãs mais velhas (a

¹⁶³ Na verdade é de São João de Angolares, mas Maria chama a esta vila “roça”. A própria Joana acabará por fazer o mesmo.

¹⁶⁴ Tive ainda o privilégio de acompanhar Joana na sua casa em São João de Angolares.

¹⁶⁵ Foi-me dito que não seria possível inscrever Joana no liceu devido à sua idade (Joana só tinha o 6º ano incompleto), a não ser que esta tivesse aulas de noite.

¹⁶⁶ Joana visitou Portugal integrada num grupo de “dança tradicional de Angolares” junto com outras crianças de Angolares num festival que ocorreu no parque das nações.

diferença de idades é enorme, filhas de pais diferentes) que nunca conseguiram estudar e trabalharam arduamente nas roças. Se Maria é já considerada são-tomense (embora descendente), a sua irmã mais velha é olhada enquanto “cabo-verdiana de roça”, onde habita, sendo ainda vendedora de mercado. No percurso de Maria teve extraordinária importância ter crescido na cidade desde os 8 anos, sendo a última filha, pois teve acesso à escola. A mobilidade de Maria é a mobilidade projetada da sua própria mãe, que beneficia hoje em dia da posição da filha. Joelma está a frequentar aulas de alfabetização na cidade, apesar de querer desistir, porém Maria insiste para que não o faça.

Estas famílias diferenciadas são de resto algo muito comum entre os são-tomenses (lembremos o menino sobrinho de Rosa). “Sobes na vida, deixa de ser teu irmão automaticamente” comentam vários entrevistados, forros¹⁶⁷.

Arlindo diz o seguinte referindo-se a uma ilustre família forra “pessoas da família deles, que não estudavam, eles renegam. Pessoa não estuda e vai continuar a pertencer essa família? Não. Não pertence mais”.

O ato de “pegar” uma “menina da roça”, sua parente ou não, é uma prática muito comum entre os forros de várias gerações “ir à roça pegar uma cabo-verdiana para morar na cidade”, oiço isto desde 2002. Maria fará o mesmo, talvez para se afirmar enquanto são-tomense.

Uma noite, antes de jantarmos disse-me: “A Mariana - uma portuguesa - também tem uma menina como eu tenho a Joana. Hoje vamos levá-las a sair”, conta toda orgulhosa.

Um outro dia, ao almoço, esta comenta com Arlindo que veio almoçar connosco:

- *“Agora vou começar a fazer como dona Rosa e congelar os restos [da comida] e depois fazer coisas com o que sobrar”.*

“Num outro dia, à noite, escuta-se a falar na televisão uma nutricionista brasileira que agora esta sempre a aparecer, ditando “o que se deve e o que não se deve comer”. Maria diz-me: “Eu também tenho muito cuidado com o que como e cozinho, quando estava em casa da minha mãe eu zangava muito com ela, são outros hábitos. Mas depois deixei disso, porque estava sempre a chateá-la”. (Excerto de diário de campo, casa de Maria, Abril de 2012, São Tomé).

¹⁶⁷ Dizem-me que isso é muito comum entre os forros e menos entre os angolares.

A recente relativa valorização da cabo-verdianidade (a música, a comida, etc.) faz-se sentir muito por meio de referências exteriores: imagens e informações difundidas pela televisão e rádio; o que contam os que lá vão; as recentes imigrações de cabo-verdianos e angolanos no arquipélago e a própria presença do consulado de Cabo Verde e as atividades que organizam e as associações de cabo-verdianos que apoiam. Hoje, Cabo-verde é em São Tomé considerado um país “muito mais desenvolvido e organizado que São Tomé”, como me relatam inúmeras pessoas¹⁶⁸, o que implicará um novo modo de olhar para as pessoas com estas ascendências, apontamos como hipótese a problematizar melhor. Porém o Cabo Verde atual, não seria o Cabo Verde da Mãe de Maria ou dos restantes ex.contratados. E se assim é, que ecos da valorização chegam a estas pessoas? O mesmo escutarei em relação aos angolanos ex.contratados e seus descendentes nas ilhas, com quem também convivi na Roça Monte Café e noutras localidades. “Não vais dizer que aquele tonga, assim todo roto, é de Angola ou vais?!”, Dir-me-ia Joaquim, um amigo forro. “Eles agora querem vir para a cidade, pedir nacionalidade angolana!”, diz-me chocado, referindo-se aos descendentes de angolanos que vivem em situação igualmente precária e similar à dos ex. contratados cabo-verdianos ou moçambicanos (em muito menor número).

Curiosamente ou não, são os dois descendentes de cabo-verdianos, Maria e José, os que mais se distanciam entre si. Por exemplo, na inauguração da casa de Maria, todos foram convidados exceto José. Este sentiu-se ofendido e confidenciou-o comigo, numa das nossas visitas de moto às roças. Ambos vêm de famílias muito humildes, nasceram e cresceram em roças e por isso Maria não o terá convidado “*ela quer esquecer o passado, a pobreza e então só se quer dar com certo tipo de pessoas*”, explica.

Uma noite, em casa de Rosa, todos juntos ao jantar, Maria ao ver chegar José, com os óculos novos colocados, refere em tom de gozo:

- “Um cabo-verdiano de óculos?! É um cabo-verdiano esperto!”, comentário que provocou a risada geral.

JOELMA, mãe se Maria – que retorno a Cabo Verde?

¹⁶⁸ Há inclusive vários estudos neste sentido, como por exemplo Cabo Verde e São Tomé de Armindo Espírito Santo ou *Cabo Verde e São Tomé e Príncipe: educação e infra-estruturas como factores de desenvolvimento*, de Manuela Cardoso.

Mãe de Maria, Joelma, é uma cabo-verdiana de 70 anos, que veio para São Tomé trabalhar para a roça Água-izé. Hoje habita nos arredores da cidade. Com a independência do país, mudou-se com os dois filhos menores para um bairro perto da cidade, onde construiu uma casa de madeira, e tornou-se vendedora no mercado da cidade, como muitos cabo-verdianos e descendentes e outros trabalhadores das roças. Joelma conta, como muitos outros, que já não há lugar para si em Cabo verde, não se sentiu bem no seu regresso a Cabo Verde, como de resto nos revelam vários entrevistados. Esteve lá em 2009, e ficou um ano. “Não me senti lá bem...dava trabalho aos familiares, já tou cansada, não posso trabalhar, e ficava lá na casa deles a dar trabalho“. Diz também “o país já não é o mesmo, não tenho lá ninguém. Os meus filhos tá aqui”. Outra entrevistada, Inês, dirá, no mesmo sentido “Eu tive em Cabo Verde também, um ano (...) Eu não tenho nada lá! Para mim não tem nada lá em Cabo Verde. Já tou há muito tempo aqui em são Tomé, a gente vai de avião só, não tem nada, família também não tem como nos ajudar, vive a desenrascar também, não dá, para viver lá custa.” Não tiveram direito a lotes de terra, apesar de terem trabalhado a vida toda nas roças “quando gente dividiu terra eu já era reformante¹⁶⁹, não davam. E nós que veio com pai e mãe não pode tomar!”, refere Inês.

Regista-se uma franca necessidade de trabalhar até à morte, para sobreviver, por parte de muitos ex-contratados, o que alguns confundem com “identidade de trabalhador”, uma espécie de ethos (ou passará mesmo a ser uma dimensão identificatória, por não haver alternativa?). Com a reforma insignificante que recebem, que escolhas podem na realidade fazer?

JOSÉ (roças, cidade, aldeias, campo, casa de dona rosa)

José¹⁷⁰, quase 50 anos. Tem o 11º, frequentou o liceu já adulto (aulas à noite), e tem ainda aulas de francês, assim como Maria. Foi um dos meus introdutores às roças,

¹⁶⁹ Reformante ou reformada. A reforma dos ex. contratados é cerca de 3 a 30 euros, por parte do governo de São Tomé e cerca de 10 euros por parte do governo de Cabo Verde. Note-se que os atrasos são frequentes e que por vezes os residentes das roças, em idade muito avançada, não tem sequer possibilidades de vir receber esse dinheiro à cidade, quando este chega. O drama das reformas – ou da falta delas - é também comum a muitos são-tomenses.

¹⁷⁰ José era em 2012 técnico de terreno de uma ONG francesa. Era intermediário entre a ONG e as populações das roças, inserido em projetos de melhoramento das infraestruturas básicas das mesmas, como a construção de lavandarias, chafarizes ou latrinas. Entretanto ficou desempregado e virou-se de novo para a agricultura, já em 2014. “Fui o primeiro a ser despedido, dirá.” Porquê?!”. E responde: “sou o único cabo-verdiano e não há como esconder isso!”.

onde nasceu e conhece como as palmas das suas mãos. José tem “um pé na roça outro na cidade”. Conseguiu casa na cidade “graças a um senhor cabo-verdiano que como sabia que eu era descendente, e que era difícil para nós arranjar terreno na cidade, ele me vendeu um pequeno espaço que fazia parte de um campo de cana”. “Ele disse quando eu conseguisse alguma coisa na roça que eu trouxesse de vez em quando, e em troca dava-me o espaço, para eu cultivar, porque aqui era tudo cana. Havia só as casas pré-fabricadas, onde vive Dona Rosa”. “Eu vou buscar frutas, abacate, papaia, jaca, fruta-pão, banana madura, na roça onde fui criado, é lá que tenho 15.000 metro quadrados de terra. Ainda é um bocadinho longe, sim. Consegui “ganhar lote de terra” já eu estava na cidade”. “Pessoal da roça deu meu nome”.

Sobre ter conseguido arranjar emprego na cidade, diz: “Apenas 10% dos descendentes de cabo-verdianos conseguem isto, e é preciso ‘já ter entrado’ na cidade, o que não é nada fácil, para um cabo-verdiano”. Está a construir uma casa no campo, onde reside agora, numa zona isolada e fora da roça, mas relativamente perto da capital. A casa ainda está em obras, mas José acampa “até porque já fui campista”, ri-se. Até ter migrado para a cidade, estudou até 4ª classe, conforme as possibilidades dos seus avós, “pois não havia dinheiro para pagar os transportes todos os dias até à cidade”. Assim, acabou os estudos já em adulto, a trabalhar. Considera que o seu caso foi quase uma exceção, reforçando o papel dos estudos na ascensão e a importância de ter uma casa na cidade¹⁷¹. Os colegas da sua idade continuam presos à roça e sem estudos, diz. José, que se identifica enquanto “são-tomense descendente de cabo-verdianos”, refere também que “hoje em dia já estou a sentir são-tomense”. Hoje em dia, escrevo, que deixei a miséria da roça onde cresci, é o que imagino que pensa. “Fui crescendo, a querer ser um grande jogador, para poder ir para Portugal, perto da minha mãe, porque o visto era muito difícil (...). Minha avó tinha um filho, era mais novo que eu. Depois eu não podia estudar mais, porque não havia escola no distrito, na zona. Na altura só havia escola na cidade capital. E ela não tinha condições para me pagar transporte nem tinha familiares na cidade para poder continuar os estudos”. Ainda no que respeita à sua identificação, profere: “Pelo que já me disseram...eu sou uma mistura de cabo-verdianos, são-tomenses e portugueses, ou seja, de europeus. Tive muitos amigos europeus, como os

¹⁷¹ A casa está inacabada e as obras paradas, mas está bastante habitável e foi onde ficou enquanto trabalhava na cidade e estudava ao mesmo tempo, o que considera ter sido uma grande ajuda no seu percurso.

leigos para o desenvolvimento, convivi em casa deles, em passeio etc. Depois, mais tarde, vim a trabalhar com voluntários franceses, familiarizei muito com eles e vim a notar que depois de 22 anos já não sabia qual era a minha identidade”. “Eu tenho um amigo francês que me disse ‘você é um pouco estrangeiro, você não é muito parecido com os são-tomenses’”. “Mas, sabes, hoje já não há tanta vergonha nem o viver escondido, hoje os cabo-verdianos decidiram sair. Vendem os produtos que cultivam lá, na comunidade da zona rural e trazem para a cidade, e familiarizam com os são-tomenses, através de venda e compra, não é? Há familiarização. Já não se escondem tanto...” (sublinhados meus). “Chamavam cabo-verdianos de gabão. Eu, que gostava muito de futebol, meti-me numa equipa de Santana, Santana futebol clube, mas dois anos depois continuavam a não me porem a jogar porque me chamavam gabão, e que não era um bom jogador por ser gabão! É estupidez, não é? (...). “Renunciei à minha nacionalidade, para lutar mais por São Tomé, para ver se tenho mais formas de enfrentar, com a nacionalidade são-tomense já não me iriam criar dificuldade, em trabalhos e tal. A minha mãe é que tinha pedido para mim, tive nacionalidade cabo-verdiana mas eu quando cresci, devido a essa história toda eu fui renunciar àquela nacionalidade, como meu assento de nascimento está em São Tomé, voltei a ficar são-tomense.”¹⁷²

ROÇA BERNARDO FARO – 1º dia

Junho, 2012, São Tomé

“Chegámos à roça de manhãzinha, eu e José. A estrada para cá chegar é completamente esburacada. Viemos numa moto todo-o-terreno e foi difícil. José conhece toda a gente. Muitas pessoas estão ainda no mato, a cultivar. Dizem-me que em lotes distantes, mais de uma hora para lá chegar. Começam a chegar aos poucos por volta das 13h00 (...).

¹⁷² “Segundo a lei, os que estavam aqui antes da independência têm direito a nacionalidade. São considerados são-tomenses em direito. Podem votar, desde que adquiram a nacionalidade. O problema é que muitos que vieram como contratados não têm a nacionalidade. Não que não tenham esse direito, mas por uma ou outra razão, as vezes falta de dinheiro para tratar dos documentos, é todo um processo para se levar a cabo. Custa cerca de ...100 euros. Todo o processo”, esclarece José.

Faustino e Júlia, um casal de cabo-verdianos de quase 80 anos, residem na antiga casa senhorial, em ruínas. Temos de subir uma longa escadaria até chegarmos a eles. Dali de cima, vê-se toda a roça, as antigas sanzalas, onde residem os restantes habitantes. Arrepia. Faustino foi feitor no tempo colonial. Está visivelmente cansado.¹⁷³ Está também quase cego. Tem um rádio muito antigo, que transporta consigo, mas sem pilhas. Não sabe quando poderá comprar outras novas. Fala pouco. Olhos caídos. Acaba por me dizer uma frase que não esqueci. Disse-me isto: “o mais triste, foi eu nunca ter feito amigos. Não por não querer, por não poder. Eu não podia ser da confiança de todos”. Júlia ouve isto, não se espanta. Diz que sim, com a cabeça. De novo o arrepio.

(...)

Júlia está descalça, cheia de lama. Estava a cultivar algo para dar de comer aos porcos e cabras que têm. Também está muito cansada, mas não pode parar. Não há reformas. (...).

Por volta das 13h começam a chegar as filhas deste casal, escadaria acima. Também elas moram lá em baixo. Põe-se a fazer tarefas da casa: a estender roupa, a varrer. Sobem e descem, em azáfama. Também começam a subir as escadas bebés muito pequenos, e Adriana, uma neta do casal com 8 anos. Não teve escola esta manhã. A escola é noutra roça, a uma hora de distância. Depois de acabar a primária é que vem a complicação: só há ciclo em Santana (casa das madres), ou quem pode e tiver familiares na cidade, vai. Ainda não sabem como vai ser. Outra neta, de 13 anos, mostra-me a roça. Diz que está na escola na cidade, mas que veio ficar a semana na roça, pois não aguentou as saudades. Mostra-me as obras de uma ONG: um secador de cacau, um chafariz ainda em obras. Outro, também em obras, destinado à lavagem de roupas. Agora têm de usar uma torneira “ali ao fundo”, enquanto a obra não acabar.

Passo pelas casas, cumprimento as pessoas. Como uns ovos com a filha de Faustino em sua casa, nas antigas sanzalas, com uma sensação de forte constrangimento. Levei salsichas e pão na mochila, que partilhamos. O José também vem comer connosco. Lá fora, muitos meninos subnutridos às portas das casas. Já são 15h, ninguém parece estar a almoçar para além de nós”.

¹⁷³ Viria a falecer em 2014.

“ (...) Lembro-me que no caminho para cá chegar vimos várias crianças com físgas, na outra mão morcegos e passarinhos. Escrevi isto no telemóvel, para passar para aqui: “A brincadeira aqui é apanhar o que comer e não só por desporto ou lazer”.

(...)

“Já mais perto das 16h visito uma senhora descendente de moçambicanos, muito idosa. Conta-me que não lhe deram lote. Mais uma, penso. Ao seu lado, reside uma cabo-verdiana também muito idosa, que diz que ajuda a vizinha, como pode. Está a preparar qualquer coisa para comer: “fruta-pão, matabala e banana”, é o que tem ao lume a assar. Começam a chegar várias crianças (seus netos), para comer. Sentamo-nos as três, numas cadeiras na rua, a jogar conversa fora, até que começa a chover intensamente. À nossa frente, uma vendedora¹⁷⁴ de peixe (veio da cidade.), com um balde grande à cabeça. Parece bastante alcoolizada, como várias outras pessoas com quem me fui cruzando. Grita com alguém, está à espera que lhe paguem. Diz que hoje já não regressa à cidade, não fez dinheiro que chegue. Dormirá noutra roça, tem lá familiares, diz. Também “na estrada” da sanzala, uma jovem muito grávida. É filha da senhora descendente de moçambicanos. Esta explica-me que a moça mora longe (*há ainda mais longe?* penso) veio até aqui por estar quase a dar à luz e precisa que o “pai de filho” a venha buscar e levar até à cidade, onde está o hospital. A jovem recebe um telefonema, que todos ouvimos. Era o homem a dizer que não a podia vir buscar! Esta fica completamente transtornada e grita “está na cidade, na boa vida, a beber”, andando de um lado para o outro. Pergunto à sua mãe o que fazer. Esta responde que “é esperar só”. Está a ficar noite (em STP anoitece por volta das 17h30), e depois das 18h nenhum carro vai ali, nem carrinha ou táxi (note-se que não há ambulâncias). Muita gente morre assim, sem estrada, sem acesso ao hospital. Entretanto chega um padre português, a contraluz. Vamos todos para uma capela muito antiga, a única luz é a de uma vela. A filha mais velha de Faustino canta algo. Os outros calados. Faustino e Júlia não faltam também, com as suas melhores roupas, mais gastas é impossível. Desfazem-se, como as casas, como...tudo ali. Estão muito hirtos, postura elegante. Faustino traz um chapéu, que retira muito respeitosamente ao entrar na igreja. Lembro a sua casa, as suas palavras. Emociono-me, mas disfarço. A falta de luz ajuda. Mais tarde saberei que o padre vem uma vez ao mês, sabem quando é o dia que vem, pois este vai antes a uma

¹⁷⁴ Chamadas de palaiês.

outra roça, ainda mais distante, e assim a notícia se espalha. Um miúdo é batizado. Colocam água na cabeça e já está. Os pais do menino choram. “Deus há-de tomar conta dele”, dizem. Acaba a missa. Durou uns vinte minutos. Nós seguimos para baixo, completamente às escuras, eu e José”.

Algumas notas em forma de conclusão

Apesar de alguma mobilidade por parte das gerações mais novas de descendentes de cabo-verdianos (já são-tomenses, portanto, e de angolares, principienses e descendentes de ex.contratados de outras nacionalidades, como descendentes de angolanos), há a persistência de estereótipos e esta mobilidade é sempre relativa. As categorias étnicas e os pressupostos que as encerram continuam a fazer a demarcação de uns e outros, e bloqueiam em certa medida – mas não em termos absolutos – os percursos de mobilidade social e estatutária.

Hoje em dia, os cabo-verdianos e seus descendentes, são ainda descritos como “os mais trabalhadores” e são associados ao trabalho agrícola desenvolvido quer nos lotes de terra que integram as roças, quer nos terrenos baldios dos arredores das cidades e aldeias, mais “dados ao trabalho”, e nomeadamente ao “trabalho braçal”, ideia persistente entre os próprios. Realidades aparentemente contraditórias mas coexistentes como o elogio da cabo-verdianidade inspirado muito nas imagens do exterior, e noutros fatores, como descrevemos. Porém, esta valorização categórica é coexistente com a imagem do cabo-verdiano “di tempo”, “o que veio”, mais rude porque da roça, distante do cabo-verdiano atual.

Ainda no que diz respeito à auto-percepção dos cabo-verdianos e descendentes, encontrámos quer discursos, de cabo-verdianos ex. contratados de 1ª geração, que se reclamam de uma identidade portuguesa e crioula, discurso que é diferentes entre os descendentes de segunda e terceira geração, que reclamam de algum modo a sua ligação a África e às terras dos seus ascendentes, bem como a outros países como por exemplo Portugal, o Reino Unido, França, os Estados Unidos da América, o Brasil, de onde vêm, por exemplo, alguns dos filmes e ritmos musicais ouvidos no arquipélago ou a capoeira, atividade que atrai cada vez mais descendentes dos trabalhadores das roças e começa mesmo a ser praticada nas roças mais isoladas, como pudemos observar (a par do futebol). O Portugal evocado e valorizado por estes descendentes também não é o mesmo dos seus avós, é um Portugal que os liga aos mais famosos jogadores de futebol,

que os liga à Europa (“a ponte é um passagem”) de onde viriam os “ritmos” de uma modernidade idealizada à qual reivindicam pertencer.

Bibliografia

1. BRUBAKER, R. (2004). *Ethnicity without groups*, EUA, Masaryogya Universzta.
2. COHEN, A. (ed.) (1974). *Urban Ethnicity* London, Tavistock.
3. CONSTANTIN, F. (1989). “Condition Swahili et identité politique, commentaires sur l’éternelle genèse d’une non-ethnicité”. In: *Les Ethnies ont une histoire*, Paris, Khartala pp. 337-347.
4. ERIKSEN, T. H. (1993). *Ethnicity and Nationalism. Anthropological Perspectives*, Londres, Pluto Press.
5. ERIKSEN, T. H. (1998). *Common Denominators – Ethnicity, Nation-Building and Compromise in Mauritius*. Oxford & New York, Berg.
6. EYZAGUIRRE, P. (1988) “ Competing Systems of Land Tenure in an African Plantation Society”, in R. Downs & São Reyna, eds, *Land and Society in Contemporary Africa*, Hannover, N.H., University Press of New England : 340-361.
7. FEIO, J. A. (2008). *De Étnicos a “Étnicos”: Uma Abordagem aos “Angolares” de São Tomé e Príncipe* - Dissertação de Mestrado em Antropologia, Colonialismo e Pós-colonialismo, orientação de Gerhard Seibert, Lisboa, ISCTE-IUL.
8. CASTRO HENRIQUES, I. C. (2000). *São Tomé e Príncipe – A Invenção de uma Sociedade*, Lisboa, Vega.
9. NASCIMENTO, A. (2002). *Poderes e Quotidiano nas Roças de S. Tomé e Príncipe de finais de oitocentos a meados de novecentos*, Lousã, Apoio de Sociedade de Promoção de Investimentos.
10. NASCIMENTO, A. (2003) *O Sul da Diáspora: Cabo-verdianos em Plantações de S. Tomé e Príncipe e Moçambique*. Praia, Presidência da República de Cabo Verde.
11. SEIBERT, G. 2001. (1999), *Camaradas, Clientes e Compadres. Colonialismo, Socialismo e Democratização em São Tomé e Príncipe*, Lisboa, Vega.
12. TEMUDO, M. (2008). “De serviço a camponês - A persistência das desigualdades sociais em São Tomé e Príncipe”, *Lusotopie* XV (2), 71-93.